

A noite de núpcias de FH

CANDIDO MENDES*

Até a verdade não escapa do *marketing* nesse nosso vale de lágrimas da esperança política e do "chicote queimado" de 1993, aguardando as novas eleições. Casou-se o país, sem discussão, com Fernando Henrique no sponsalício da TV e do que pode o choque do antichoque. Sabemos o que há a fazer para acabar com a inflação sem mais surpresas, mas como dói solenizá-lo nas suas óbvias prioridades. Sem estrépito, FH dá o nome aos bois e fala de corda em casa de enforcado: não saímos do caos sem levar-se os estados e o Congresso a seus deveres, com os bancos de fé da desordem nacional e o orçamento dos despilfarros das clientelas políticas. O ministro seduziu o país no discurso da anti-retórica, que ganharam os gestos nascidos da nitidez da falta de alternativas. Não lhe sobrasse o charme, para não prometer o impossível, e suavemente levar os primeiros responsáveis do desmando nacional ao *paredon* da opinião pública.

Não estamos entretanto no presidencialismo, mas subjugados, tacitamente, ao mais portentoso governo do Congresso, seus triunfos e seus alfanjes, a fazer do Planalto o seu anexo e manter o presidente prisioneiro de seus pitos e da invectiva do dia. Mas, também, este situacionismo das bandadas nunca dependeu tanto dos governadores, de tacape e manopla sobre a burra dos dinheiros e seus bancos. Fernando, socrático rei filósofo, induziu o país ao auto-esclarecimento sobre os comparsas da resistência da inflação desembuçados agora do funcionamento perverso do federalismo de rendas do país. Mas a autoconfiança do ministro forrada de lucidez tem como seu pecado o bom-mocismo. O desastre da inteligência é acreditar que o consenso se faz pelo vigor da lógica, e que a tarefa pública vinga sempre, chuçada pela vareta de luz da co-responsabilidade.

Sem direito à lua-de-mel, FH não poderia, de qualquer forma, transigir com o comando real da esperança no país, na noite do matrimônio da verdade. Este era o momento da consumação da confiança, pela absoluta inflexibilidade do primeiro propósito, por maiores que fossem — a conta do Grande Conciliador — as negações, os meandros e os recuos da hora em que bancos e Congresso sabem pôr-se à fresca do óbvio — e da punção pedida pelo Grão-Vizir de Itamar. Saiu-se mal a núpcia fulminante enquanto FH recua no símbolo fatal erigido para o corte da nossa inércia política: o respeito à urgência urgentíssima do IPMF e, nele, a garantia da quebra clara, mesmo que mínima, da fortaleza do sigilo bancário. Ficamos, e blandicíssima ainda, a promessa apenas de um controle indireto da evasão a ser buscada na "cabra-cega" das suspeitas sobre as relações anônimas de pagamento de imposto preparadas pelos próprios bancos. Nenhum pé do fisco na porta da investigação direta. E entremos na semana, requeitando a promessa de que se vai, dessa vez, a vera na mudança, frustrados os ensaios da primeira núpcia de FH com o país diferente, na sua expectativa. Claro, claro, aguardaremos o formidando prometido pela bateria única dos sábios à volta do ministro. Vamos à caça às borboletas dos sonegadores, tranquilizado o país sobre a fuga ao fisco, perdida sem volta a hora máxima de sedução do Brasil das elites pelo condestável de sua derradeira esperança. Deglute-a a ruminação, daqui por diante, do Congresso nos seus quatro estômagos, das comissões e subcomissões, dos substitutivos e pedidos de "vista"; dos plenários desanimadores e, novamente, como socorro lírico, à urgência urgentíssima.

Claro, o ministro é o maratonista do consenso e da razão atlética. Mais ainda, o *expert* do que pode o gradualismo, na sucessão das medidas e do espectro das estratégias, que podem prosperar à sombra do antichoque, para a cidadania sem susto. Mas a tarefa tem, tão implacáveis quanto imperceptíveis, as guinadas da mudança de trilho e a hora — e à noite — de fazê-lo. Os grandes timoneiros dependem menos da estratégia perfeita do que da fuga ao erro tático fundamental. E este se paga no fenecimento das vitórias crestadas pelo lanho original, que vulnerou o plano perfeito e submergiu a sua novidade no cinzento da Bacia das Almas. E começa o contradiscurso da resistência. Nem tão passiva. Ai está a reconvenção dos bancos perdulários, cobrando o que lhes deve a União, impermeáveis à benesse ancestral que cobre o seu rombo, com o grande carimbo do "Pague-se" do Banco Central. Mensuremos a cratera do calote, como medida prévia de qualquer cobrança, criando-se as equipes de espeleologistas orçamentários para a descida ao sulfuroso poço sem fundo. Bom tempo tático esse para o reconhecimento posterior do banco amigo e inimigo de Itamar, geralmente em proporção inversa ao peso dos déficits que infligem à Federação, como servidora da República do café-com-leite, e da cobertura dos déficits imemoriais de S. Paulo e Minas Gerais. Os sociólogos acoerrem à corte do "Rei Filósofo-Mor", a tomar o lugar dos economistas, de FH a Stepanenko, a Aspásia Camargo, com mais paciência para os meandros da política saneadora e resistência à corrida de fundo, para pactuar e integrar. Voracidade de resultados querem os homens das contas exatas e da visão direta — senão do curto-circuito — entre causa e efeito nos sobressaltos continuados em que nos acostumamos à impaciência da mudança e suas esperanças. A espera pura, ao contrário, é anticlimática, consola com a alegria interior da sabedoria — mais do que de cálculo — e da convivência paciente com as contradições nacionais. E só prosperam nos governos de congênito perfil remediado, como o de Itamar, a educar-se o país grandiloquo para a nova anti-retórica, em que o último trem não sai de Berlim, mas sim, e de vez, de Juiz de Fora. As pedras de toque já se jogaram, no que o Brasil acreditou — ou descreu — na costura da mudança sem surpresas. Mas de metas claras e inimigos incontornáveis. Neste compasso, fazemos o jogo do "ganhar ou ganhar", cada vez mais reduzido, do grande lance, em fezinha.

Mas o Brasil já deve a Fernando Henrique o conhecimento dos comparsas, de quem ganha ou perde com a inflação. Devemos-lhe esta explicitude de que, invencivelmente, denuncia porque explica e explica, porque sabe. Fica-nos a promissória tensa da expectativa dos próximos 90 dias. E, a partir dela, o compromisso nacional de FH de explicar o que não pode fazer. Ou, da renúncia à terceira via, ao manifesto final da inviabilidade de um reformismo à vera, pelas nossas elites de todo o sempre. Espera-o então o palanque histórico das esquerdas na praça de 94, sabedora já de a quanto chega, de a quanto nos desanima o Brasil do bom-mocismo.

* Secretário-geral da Comissão Brasileira Justiça e Paz; presidente do Conselho Superior de Ciências Sociais (Unesco) e membro da Academia Brasileira de Letras